



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO SUL

Concurso Público Federal

Editais 05/2010

PROVA

Economia

QUESTÕES OBJETIVAS

Língua Portuguesa	1 a 10
Conhecimentos Específicos	11 a 40

Nome do candidato: _____
Inscrição nº _____

INSTRUÇÕES

1º) Verifique se este caderno corresponde à sua opção de cargo e se contém 40 questões, numeradas de 1 a 40. Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.

2º) A prova é composta por 40 (quarenta) questões objetivas, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.

3º) O tempo de duração da prova é de 4 (quatro) horas.

4º) Não é permitida consulta a qualquer material e os candidatos não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.

5º) Os telefones celulares e similares não podem ser manipulados e devem permanecer desligados durante o período em que o candidato se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados para a prova deverão estar embaixo da carteira, ficando automaticamente excluído o candidato que for surpreendido nessas situações.

6º) O candidato só poderá deixar o local da prova após 1 (uma) hora do início da prova, exceto os três últimos candidatos, os quais só poderão deixar o local quando todos terminarem a prova.

7º) É proibido fazer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos, assim como recusar-se a entregar o material da prova ao término do tempo destinado para a sua realização.

8º) O candidato deverá preencher a caneta o Cartão de Respostas, escolhendo dentre as alternativas A, B, C, D e E, preenchendo totalmente a célula correspondente à alternativa escolhida, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento a grafite. Responda a todas as questões. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.

9º) Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

10º) O candidato não poderá levar consigo o caderno de provas, devendo entregá-lo juntamente com o Cartão de Respostas ao fiscal.

11º) É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

LÍNGUA PORTUGUESA

As questões 1 a 4 referem-se ao texto a seguir.

Beleza!

– Beleza! – exclamou o engraxate, sorrindo. Ele acabara de receber uma gorjeta do cliente generoso.

"Beleza" tornou-se hoje uma expressão brasileira popular que manifesta aprovação, 5 verificação de que as coisas estão ocorrendo, enfim, como devem e deveriam sempre ocorrer.

Bela expressão também, porque igualmente exata, certa, adequada e iluminadora foi sua escolha espontânea.

10 E contra a beleza não há argumentos.

A beleza é essa luz que jorra de e patenteia uma verdade verdadeira. Luz que nos dá lucidez, clarividência, visão clara e abrangente no claro-escuro e no fragmentário em que nos movemos, aos tropeços.

15 Assim como *entender* uma piada é um ato intelectual – e o riso é a aprovação de que a piada é boa, de que ela corresponde a um fato dissimulado pela "seriedade", pela minha auto-enganação, pelas formalidades e conveniências sociais –, usufruir da 20 beleza (artística ou da natureza, ou mesmo industrial) é perceber uma realidade amorosa e inteligentemente organizada que se revela.

Rodin é taxativo: "Não há, na realidade, nem estilo belo, nem desenho belo, nem cor bela. Existe 25 apenas uma única beleza, a beleza da verdade que se revela. Quando uma verdade, uma idéia profunda, ou um sentimento forte explode numa obra literária ou artística, é óbvio que o estilo, a cor e o desenho são excelentes. Mas eles só possuem 30 essa qualidade pelo reflexo da verdade."¹

A beleza é uma luz que emana da realidade e nos avisa: ultrapassamos (pelo menos por um momento) o contato banalizante e desumanizante com a vida. Mostra-se-nos que há, no núcleo da 35 realidade, um ato de amor que põe as coisas no seu devido lugar – a gorjeta que surpreende, ultra-justiça, graça, gratuidade.

Essa auto-revelação da vida expande nossa sensibilidade, nossa inteligência, nossa capacidade de amar e de sofrer, de aprender (sabedoria) que 40 também é uma grande lição não entender o mistério, não querer esgotar a inesgotabilidade da realidade. Não esgotá-la, mas por ela ser invadido.

[...]

¹Auguste Rodin. *A arte*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, p. 73.

Gabriel Perissé

Texto disponível em:

<<http://www.hottopos.com/mirand5/beleza.htm>>.

1. Observe as seguintes afirmações:

- I. Apreciar a beleza é um ato meramente intelectual.
- II. Segundo Rodin, a beleza do estilo, cor e desenho explode pelo reflexo da verdade.
- III. A beleza é algo que permite ultrapassarmos os contatos banais com a vida.
- IV. A beleza ensina a entender os mistérios da vida.

Está(ão) de acordo com o texto:

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a II.
- C) Apenas a III.
- D) Apenas a III e IV.
- E) Apenas a II, III e IV.

2. A expressão “Beleza!” (linha 1), utilizada pelo engraxate, é:

- A) uma gíria.
- B) um termo de baixo calão.
- C) um dialeto regional.
- D) um jargão profissional.
- E) uma ironia.

3. O verbo “acabara” (linha 2) está flexionado:

- A) no pretérito perfeito do modo indicativo, que indica uma ação já passada.
- B) no pretérito imperfeito do modo subjuntivo, que indica uma ação hipotética.
- C) no pretérito imperfeito do modo indicativo, que indica uma ação que tem continuidade no passado.
- D) no pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo, que indica uma ação anterior a outra já passada.
- E) no futuro do pretérito do modo indicativo, que indica uma ação hipotética.

4. A expressão “verdade verdadeira” (linha 12) é um pleonismo, que neste texto foi utilizado para causar um efeito de realce. Os pleonismos são muito comuns na linguagem oral.**Marque a frase que NÃO apresenta pleonismo:**

- A) – Por favor, faça uma breve alocução!
- B) – Não feche a porta, que irei subir aí para cima em seguida.
- C) – Que me importa a mim crer ou não na ciência?
- D) – Estou certo de que o vi com meus próprios olhos!
- E) – Fique aqui do meu lado.

As questões 5 a 10 referem-se ao texto a seguir.

A caixa de ferramentas

Resumindo: são duas, apenas duas, as tarefas da educação. Como acho que as explicações conceituais são difíceis de aprender e fáceis de esquecer, eu caminho sempre pelo caminho dos poetas, que é o caminho das imagens. Uma boa imagem é inesquecível. Assim, ao invés de explicar o que disse, vou mostrar o que disse por meio de uma imagem.

O corpo carrega duas caixas. Na mão direita, mão da destreza e do trabalho, ele leva uma caixa de ferramentas. E na mão esquerda, mão do coração, ele leva uma caixa de brinquedos.

Ferramentas são melhorias do corpo. Os animais não precisam de ferramentas porque seus corpos já são ferramentas. Eles lhes dão tudo aquilo de que necessitam para sobreviver.

Como são desajeitados os seres humanos quando comparados com os animais! Veja, por exemplo, os macacos. Sem nenhum treinamento especial eles tirariam medalhas de ouro na ginástica olímpica. E os saltos das pulgas e dos gafanhotos! Já prestou atenção na velocidade das formigas? Mais velozes a pé, proporcionalmente, que os bólidos de Fórmula Um! O vôo dos urubus, os buracos dos tatus, as teias das aranhas, as conchas dos moluscos, a língua saltadora dos sapos, o veneno das taturanas, os dentes dos castores...

Nossa inteligência se desenvolveu para compensar nossa incompetência corporal. Inventou melhorias para o corpo: porretes, pilões, facas, flechas, redes, barcos, jegues, bicicletas, casas... Disse Marshal MacLuhan corretamente que todos os "meios" são extensões do corpo. É isto que são as ferramentas: meios para se viver. Ferramentas aumentam a nossa força, nos dão poder. Sem ser dotado de força de corpo, pela inteligência o homem se transformou no mais forte de todos os animais, o mais terrível, o mais criador, o mais destruidor. O homem tem poder para transformar o mundo num paraíso ou num deserto.

A primeira tarefa de cada geração, dos pais, é passar aos filhos, como herança, a caixa de ferramentas. Para que eles não tenham de começar da estaca zero. Para que eles não precisem pensar soluções que já existem. Muitas ferramentas são objetos: sapatos, escovas, facas, canetas, óculos, carros, computadores. Os pais apresentam tais ferramentas aos seus filhos e lhes ensinam como devem ser usadas. Com o passar do tempo, muitas ferramentas, objetos e

55 seus usos se tornam obsoletos. Quando isso acontece, eles são retirados da caixa. São esquecidos por não terem mais uso. As meninas não têm de aprender a torrar café numa panela de ferro nem os meninos têm de aprender a usar arco e flecha para encontrar o café da manhã. Somente os velhos ainda sabem apontar os lápis com um canivete...

60 Outras ferramentas são puras habilidades. Andar, falar, construir. Uma habilidade extraordinária que usamos o tempo todo, mas de que não temos consciência, é a capacidade de construir, na cabeça, as realidades virtuais chamadas mapas. Para nos entendermos na nossa casa, temos de ter mapas dos seus cômodos e mapas dos lugares onde as coisas estão guardadas. Fazemos mapas da casa. Fazemos mapas da cidade, do mundo, do universo. Sem mapas seríamos seres perdidos, sem direção.

75 A ciência é, ao mesmo tempo, uma enorme caixa de ferramentas e, mais importante que suas ferramentas, um saber de como se fazem as ferramentas. O uso das ferramentas científicas que já existem pode ser ensinado. Mas a arte de construir ferramentas novas, para isso há de se saber pensar. A arte de pensar é a ponte para o desconhecido. Assim, tão importante quanto a aprendizagem do uso das ferramentas existentes – coisa que se pode aprender mecanicamente – é a arte de construir ferramentas novas. Na caixa das ferramentas, ao lado das ferramentas existentes, mas num compartimento separado, está a arte de pensar. (Fico a pensar: o que é que as escolas ensinam? Elas ensinam as ferramentas existentes ou a arte de pensar, chave para as ferramentas inexistentes? O problema: os processos de avaliação sabem como testar o conhecimento das ferramentas. Mas que procedimentos adotar para se avaliar a arte de pensar?)

95 Assim, diante da caixa de ferramentas, o professor tem de se perguntar: "Isso que estou ensinando é ferramenta para quê? De que forma pode ser usado? Em que aumenta a competência dos meus alunos para viver a sua vida?" Se não houver resposta, pode-se estar certo de uma coisa: ferramenta não é.

100 Mas há uma outra caixa, na mão esquerda, a mão do coração. Essa caixa está cheia de coisas que não servem para nada. Inúteis. Lá estão um livro de poemas da Cecília Meireles, a "Valsinha", do Chico, um cheiro de jasmim, um quadro do Monet, um vento no rosto, uma sonata de Mozart, o riso de uma criança, um saco de bolas de gude... Coisas inúteis. E, no entanto, elas nos fazem sorrir. E não é para isso

que se educa? Para que nossos filhos saibam sorrir?

Alves, Rubem. **Educação dos sentidos e mais...** Campinas: Verus Editora, 2005. p. 9

5. Sobre o texto, podemos afirmar que

- I. a caixa de ferramentas e a caixa de brinquedos possuem sentido conotativo.
- II. a inteligência humana compensa a falta de habilidade dos homens, inventando ferramentas para a sua caixa.
- III. o ser humano, assim como os animais, nasce com sua caixa de ferramentas.

De acordo com o texto, está(o) correta(s):

- A) Apenas a I.
- B) Apenas a II.
- C) Apenas a I e II.
- D) Apenas a II e III.
- E) I, II e III

6. O pronome é uma classe gramatical que serve para representar ou acompanhar um substantivo. Indique a afirmativa que apresenta uma relação INCORRETA entre o pronome e seu referente no texto.

- A) A palavra *ele* (linha 12) retoma o vocábulo *corpo* do mesmo parágrafo.
- B) O pronome *eles* (linha 17) se refere a *seus corpos*, no mesmo parágrafo.
- C) Na linha 21 o pronome *eles* retoma *os macacos*, no mesmo parágrafo.
- D) O pronome *eles* (linhas 47 e 48), refere-se a *filhos*, enquanto na linha 56 o pronome *eles* se refere aos pais.
- E) O pronome *elas* (linha 111) refere-se a *coisas inúteis*.

7. A partir da leitura textual e das inferências permitidas pela mesma, assinale a alternativa que apresenta vocábulos que pertencem ao mesmo campo semântico no texto:

- A) caixa de brinquedos - inutilidades - poemas
- B) caixa de ferramentas - habilidades - quadro do Monet
- C) caixa de ferramentas - inutilidades - computador
- D) caixa de brinquedos - habilidades - ciência
- E) caixa de brinquedos - habilidades - falar

8. Releia o segmento que abre o texto:

Resumindo: são duas, apenas duas, as tarefas da educação.

Se substituirmos o numeral destacado no trecho acima pelo numeral *uma*, quantas OUTRAS palavras deverão sofrer alteração para que o trecho fique correto semântica e sintaticamente?

- A) uma
- B) quatro
- C) duas
- D) três
- E) cinco

9. O trecho *Os animais não precisam de ferramentas porque seus corpos já são ferramentas* sofreu alteração de significado com a reescritura da alternativa:

- A) Como seus corpos já são ferramentas, os animais não precisam de ferramentas.
- B) Uma vez que seus corpos já são ferramentas, os animais não precisam de ferramentas.
- C) Os animais não precisam de ferramentas, visto que seus corpos já são ferramentas.
- D) Considerando que seus corpos já são ferramentas, os animais não precisam de ferramentas.
- E) Os animais não precisam de ferramentas, portanto seus corpos já são ferramentas.

10. Marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O deslocamento do advérbio *já* (linha 79) para depois do verbo NÃO altera o sentido da oração.
- () O deslocamento da palavra *somente* (linha 61) para depois do verbo e antes do artigo definido masculino ALTERA o sentido da oração.
- () O advérbio *ainda* (linha 61) expressa um lugar em vias de extinção.

Marque a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- A) F - V - V
- B) F - V - F
- C) V - V - F
- D) F - F - F
- E) V - V - V

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Na teoria macroeconômica neo-keynesiana, os elementos que determinam o investimento autônomo são:

- A) a relação entre eficiência marginal do capital e taxa de juros.
- B) as expectativas sobre vendas e taxa de juros.
- C) os gastos públicos e nível de exportações líquidas.
- D) o consumo agregado das famílias e taxa de substituição técnica.
- E) a relação entre nível de emprego e taxa média de inflação.

12. A Escola Econômica que **REJEITA** a hipótese de existência do *trade-off* apontado pela Curva de Phillips clássica é conhecida como:

- A) realismo crítico;
- B) pós-keynesianos;
- C) neo-schumpeterianos;
- D) neo-estruturalistas;
- E) novo-clássicos.

13. Partindo do pressuposto que se está operando em um ponto entre (x_A, x_B) , e considerando a possibilidade de reduzir a quantidade do fator A e ampliar a quantidade do fator B, mantendo-se igual a quantidade produzida Z. A taxa de substituição técnica entre A e B seria dada por:

- A) $P_{mgA}(x_A, x_B) / P_{mgB}(x_A, x_B)$
- B) x_A / x_Z
- C) $- P_{mgA}(x_A, x_B) / P_{mgB}(x_A, x_B)$
- D) $\Delta x_A / \Delta x_Z \cdot \Delta B$
- E) $-\Delta x_A / \Delta x_B \cdot \Delta Z$

14. Suponha o caso de um mercado, circunscrito a explicação teórica de um Oligopólio de Stackelberg. Neste caso, lucros mais elevados para a firma líder estão associados a um nível de produto da firma seguidora:

- A) igual a zero.
- B) decrescente.
- C) igual a 1.
- D) crescente.
- E) entre zero e 1.

15. Suponha que o preço inicial de um bem seja R\$ 5,00 e que a quantidade demandada correspondente seja de 1.000 unidades. Suponha também que, se o preço aumentar para R\$ 5,75, a quantidade demandada diminuirá para 800 unidades. Qual é a elasticidade preço da demanda nessa região da curva de demanda?

- A) -1.
- B) zero.
- C) 1,33.
- D) -1,33.
- E) 1.

16. Suponha que a equação seguinte represente a função demanda mensal de leite de um consumidor: $Q = 40 - 4P$, onde Q é o número de litros de leite comprados, quando o preço é igual a P Reais (R\$) por litro. Por não se conhecer a renda do consumidor, o efeito renda é nulo. Nesse caso, qual será o excedente do consumidor por mês, se o preço do litro de leite for R\$ 3,00?

- A) 32 litros de leite;
- B) 28 litros de leite;
- C) 25 litros de leite;
- D) 18 litros de leite;
- E) 30 litros de leite.

17. Suponha que a curva de custo total de curto prazo de uma empresa seja dada por: $CTCP = 100 + 20Q + Q^2$, onde o custo fixo total é 100. Qual é a equação para o custo variável médio (CVMe)?

- A) $20Q + Q^2$
- B) $20 + 2Q$
- C) $10Q + 2Q$
- D) Q
- E) $20 + Q$

18. G. Bennett Stewart, co-fundador da empresa de consultoria financeira Stern-Stewart, desenvolveu um método amplo de mensuração da performance das empresas, por meio do conceito de valor econômico adicionado (EVA) que, em termos simples, consiste em:

- A) (Custo contábil) – (custo econômico);
- B) (Custos explícitos) – (custo de oportunidade);
- C) (lucro operacional) – (custo de oportunidade do capital);
- D) (Custo de oportunidade) – (custos implícitos);
- E) (lucro operacional) – (custos econômicos).

19. Retas ou linhas de isocusto são:

- A) Um conjunto de combinações de mão-de-obra e de capital que geram o mesmo custo total;
- B) Uma combinação entre custos fixos e variáveis;
- C) Uma combinação de custos implícitos e explícitos, que geram o mesmo custo médio;
- D) Um conjunto de combinações de custos de aplicação do capital, que geram o mesmo custo variável médio;
- E) Uma combinação de todos os custos de produção de um bem.

20. Um equilíbrio de longo prazo em concorrência perfeita ocorre num nível de preços em que a oferta é igual à demanda e as empresas não possuem incentivo a entrar ou sair da indústria. Uma condição importante que satisfaz essa situação é quando:

- A) Houver excedente do consumidor.
- B) O custo marginal de longo prazo se iguala ao custo marginal de curto prazo.
- C) A receita marginal for maior que a receita total;
- D) O lucro econômico é zero.
- E) O custo marginal for zero.

21. Para toda uma escola do pensamento econômico brasileiro, o desenvolvimento capitalista no Brasil é caracterizado como "tardio" e o processo de industrialização que configuraria sua consolidação e amadurecimento aparece como tendo uma fase "restringida" antes de tornar-se "especificamente capitalista". Segue-se abaixo um conjunto de assertivas acerca desse processo, marque qual delas não está de acordo com o sentido geral da tese.

- A) A passagem a uma etapa de industrialização propriamente capitalista, quando se dá nos países de desenvolvimento capitalista tardio, ou em condições de subdesenvolvimento, não significa o desenvolvimento com independência e/ou autonomia da economia nacional - uma vez que a internalização do departamento produtor de bens de produção não pode ser completada tendo lugar uma maior dependência tecnológica, financeira e, eventualmente, política.
- B) O tradicional conceito de "substituição de importações" é menos aderente às transformações estruturais na indústria nacional que a tese das fases de "industrialização restringida" e "grande indústria propriamente dita". Rigorosamente, para os defensores desta segunda, só se pode falar de "substituição de importações" no Brasil no período que vai da crise do café nos anos 30 ao início dos anos 50.

C) A intervenção do Estado - não apenas no seu papel tradicional de construtor de uma institucionalidade adequada ao desenvolvimento capitalista, mas como articulador do investimento privado, e como investidor ele mesmo (e garantidor de demanda interna através desses e outros gastos) - é responsável, via de regra, pela forma "restringida" da indústria nacional, uma vez que o Estado assume grande parte dessa indústria.

D) Por mais as dificuldades do balanço de pagamentos tenham estimulado à substituição de importações, são elas também responsáveis pelas restrições à capacidade de importar que ajuda a inviabilizar a plena consolidação de um departamento produtor de bens de produção doméstico - o que é chamado pela bibliografia de dinâmica contraditória dos estrangulamentos sucessivos do setor externo.

E) A intervenção estatal é requerida para a implantação da grande indústria não por falta de capital doméstico ou estrangeiro, nem por falta de capacidade para importar. Via de regra, isso se deu nas economias retardatárias, dada a insuficiência de demanda derivada de uma dinâmica industrial prévia - indústria de bens de consumo - pouco dinâmica, fundada em relações tênues entre poucos pólos de urbanização.

22. A principal característica de uma industrialização substitutiva de importações é que esta persegue um modelo "voltado para dentro" ou "fechado". Ou seja, trata-se de um processo impulsionado desde dentro, pelo mercado interno ou pela demanda interna, mesmo que a partir de carências deixadas à descoberto pela oferta externa. Sendo assim, e contraditoriamente, a dinâmica econômica interna ou é puxada por movimentos econômicos externos - os momentos de auge ou crise da economia mundial -, ou por movimentos políticos internos - deliberadamente industrialistas, nacionalistas ou protecionistas. Acerca, então, da dinâmica desse "modelo" substitutivo de industrialização, característico de toda uma periferia (basicamente à América Latina) só não é verdadeiro dizer que:

A) Se o Processo de Substituição de Importações (PSI), no início, acontece a partir de estrangulamentos externos circunstanciais, o fato é que como modelo ele é justamente a criação de estrangulamentos artificiais, por meio, por exemplo, de controles sobre o câmbio e/ou sobre as tarifas de importação. Mas se a operação destes mecanismos requeria a participação do Estado, a continuidade do processo requeria o oposto, que o Estado se voltasse para suas tarefas tradicionais institucionais e não mais interferisse na economia.

B) Estrangulamentos externos são, em geral, o início de um Processo de Substituição de Importações (PSI). Assim, dada certa demanda por importações da economia nacional, quando há dificuldades na manutenção dos preços de suas exportações, não há como gerar as divisas necessárias para fazer frente às compras externas. O estrangulamento externo é vivido como crise cambial, que, para ser debelada, exige medidas (como a desvalorização da moeda nacional) que acabam por proteger as indústrias. Estas podem se beneficiar deste momento aproveitando o mercado garantido para operar aumentos de escala e ganhos de produtividade que elevam, por sua vez, a competitividade e a rentabilidade mesmo num momento posterior ao fim da crise.

C) O mercado interno sendo suficientemente grande justifica uma série de investimentos para que a indústria nacional dê conta de seu atendimento. É o que acontece com os mercados de bens de consumo finais e mesmo de alguns produtos ditos intermediários. O aumento dos investimentos faz crescer a demanda agregada, a renda doméstica e, por consequência, as necessidades de importação. O aumento da renda e da demanda agregada provoca, tanto um aumento pelas importações de bens de consumo, como de máquinas e equipamentos mais sofisticados. Como, em geral, o ritmo das importações cresce adiante da capacidade para importar (dado pelo crescimento das exportações) tem lugar um re-início do processo.

D) O Processo de Substituição de Importações (PSI) tinha alguns sérios entraves, como a própria perpetuação do risco do desequilíbrio externo, cujas causas iam das perdas de divisas com as exportações agrícolas (que se tornavam mais caras devido as medidas de proteção à indústria), à crescente demanda de importados (devido ao crescimento da renda e às exigências do investimento) passando pela perda de competitividade da indústria nacional cuja proteção de mercados era frequentemente motivo para a não realização de melhoras técnicas e inovações em geral.

E) Um dos graves problemas do Processo de Substituição de Importações (PSI) recaiu no processo que leva o Estado, a não apenas ser o responsável direto por grande parcela dos investimentos - principalmente nos setores de base da economia -, como ter arcado também com o suporte financeiro dos investimentos privados - uma vez que não se constitui no país uma estrutura financeira voltada ao financiamento de longo prazo, sendo o Estado o grande agente financeiro do processo (via Banco do Brasil e BNDE principalmente) que ele alimentava normalmente via emissão.

23. Segundo Serra (1982), uma vez implantada a grande indústria no Brasil (ainda que de modo incompleto) é que se dá o que se chama de endogeneização do ciclo econômico - ou seja, as fases de prosperidade e depressão são menos reflexos de condições externas que determinadas pela própria dinâmica da indústria nacional. Dois ciclos se destacam antes da reversão provocada pela crise da dívida externa no final dos anos 70 e início dos 80, que colocou fim a um crescimento que vinha desde o pós-guerra. As afirmativas abaixo, dizem respeito à duração, às mudanças estruturais provocadas, e aos motivos de reversão cíclica ao longo desse período. Qual delas não faz sentido, segundo as análises de Serra?

A) Entre as mudanças estruturais que têm lugar no período como um todo, destacam-se: o declínio da população no campo *vis a vis* às cidades com ganhos de produtividade na agricultura baixos e desiguais; o aumento da participação de bens de capital no todo da indústria ainda que esta se mantenha tecnologicamente pouco dinâmica; a mudança da situação externa do país de credora para devedora principalmente devido ao crescimento dos juros da dívida externa no final do período; a dependência da matriz energética de um produto principal e importado - o petróleo (tanto que a tônica do II PND em 74 será reverter esse quadro); a presença de uma inflação crônica e elevada que, se tem alguma funcionalidade nos momentos de baixa aceleração (por ex, o financiamento tanto do governo quanto das empresas privadas) é altamente disfuncional quando do seu crescimento acelerado (62/64 e depois de 79).

B) Há dois períodos de crescimento acelerado no pós 45 - o equivalente ao Plano de Metas e que abarca os anos 55/61, e o chamado "milagre econômico" que abarca os anos 68/73 - permeados pela crise de 62/67, que não leva a um período recessivo nem a uma depressão, mas que segue sendo apenas um período de decrescimento das taxas de crescimento. Entre as diferenças entre os dois ciclos de crescimento a mais marcante é a de que, no primeiro, há menos "mudança estrutural" que "modernização" produtiva - ou seja, há mais forte dinamismo das indústrias já existentes, dado que o crescimento anual do setor de bens duráveis de consumo é muito maior que o de bens de capital.

C) No que diz respeito à participação do Estado na vida nacional, esta cresceu par muito além das responsabilidades político-institucionais, a ponto de ser o Estado não apenas o principal responsável pela definição, articulação, e sustentação dos grandes blocos de investimento que mudaram a estrutura da economia, como o quase exclusivo produtor de infraestrutura e de insumos intermediários para a indústria.

D) Destaque importante, é que, principalmente no segundo ciclo, cresce a participação das empresas transnacionais - sendo que, em números de 74, mesmo sendo 12% das 1000 maiores empresas em atuação no país, elas significam 50% das vendas e 42% do estoque de capital. No setor que mais atuam, o mais dinâmico, de bens duráveis de consumo, operam em maiores escalas, com mais intensidade de capital e de tecnologia, maior grau de oligopolização, chegando suas vendas a 85% do setor, e ainda as maiores exportadoras. Os conflitos com a indústria nacional são atenuados, entre outros, pela complementaridade dos projetos, as associações (inclusive com o Estado), e a fragmentação dos seus interesses (dado inclusive o aumento da diversidade de origem das transnacionais no período).

E) Serra (1982) se mostra um economista claramente desenvolvimentista em suas reflexões sobre o período de crescimento e a crise que se segue no início dos 80, tanto que, suas recomendações apontavam para um fortalecimento do papel estratégico do Estado, que deveria propor: "frentes de expansão ao investimento" (programação mais adequada do público e de cálculo para o privado, inclusive com negociação financeira no *front* externo); o estabelecimento de diques de defesa quanto à instabilidade externa (por exemplo, distanciando e não aproximando as taxas de juros externa e interna); uma política de reservas de desenvolvimento tecnológico em setores ditos estratégicos e uma reforma tributário-financeira que possibilitasse mais crédito ao investimento produtivo, em vez de servir de correia inflacionária e de defesa patrimonial especulativa.

24. Acerca do "Plano de estabilização monetária" que lançou a nova moeda cujo nome viria a ser identificado por Real, estão corretas todas as afirmativas abaixo, com exceção de uma. Qual?

A) Pode-se afirmar que o Plano Real foi um plano heterodoxo de combate à inflação na medida em que se inspirou num diagnóstico da inflação brasileira como sendo de caráter inercial o que não era previsto ou teorizado, nos modelos ditos ortodoxos.

B) Pode-se afirmar que o Plano Real foi um plano heterodoxo de combate à inflação na medida em que a própria construção da URV entende a moeda como sendo, em parte, um bem desejado por si mesmo.

C) A compreensão de que a moeda não é "neutra", a economia real e monetária são uma só, além do dinheiro ser mesmo uma "invenção do Estado", faz parte das bases de reflexão que levaram ao Plano Real.

D) Apesar de uma série de críticas tecidas à heterodoxia em economia, o economista Gustavo

Franco, um dos responsáveis pelo Plano Real, disse explicitamente que o plano era um *mix* de ortodoxia com heterodoxia.

E) Pode-se afirmar que o Plano Real foi um plano de estabilização de inspiração heterodoxa, na medida em que o controle das contas públicas não esteve entre seus fundamentos teóricos nem levou à medidas práticas.

25. A política econômica do governo Luis Inácio Lula da Silva, manteve pressupostos básicos da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso, fundadas principalmente na preocupação com a inflação. Obteve nesse sentido muitas críticas externas e mesmo internas, fundamentalmente quanto ao uso das taxas de juros para arrefecer a atividade econômica e impedir pressões de demanda sobre os preços. A esse respeito e, de acordo com uma perspectiva pós keynesiana, qual a única afirmação correta?

A) Ao contrário dos diagnósticos de inflação ortodoxos, os heterodoxos, pós keynesianos e afins, acreditam que cada processo inflacionário tem uma natureza distinta e descobrir suas causas faz parte do sucesso do tratamento de combate. Nesse sentido, defendem que políticas creditícias e fiscais restritivas só devem ser usadas nos casos onde a inflação diagnosticada for uma inflação de oferta, causada por setores que têm alto poder de monopólio.

B) A utilização de políticas creditícias e fiscais restritivas para conter pressões inflacionárias só faria sentido, segundo as correntes pós keynesianas, se a capacidade produtiva da nação, o chamado "PIB potencial" estivesse ainda muito aquém de ser alcançado.

C) Para os responsáveis pela política econômica a inflação no período recente é pequena, mas ainda é presente nos chamados preços administrados, das concessionárias de serviços, por exemplo, e nos preços dos importados (em momentos de alta do dólar ou de altas artificiais em mercados externos específicos).

D) A utilização das taxas de juros para manter a inflação dentro de metas estabelecidas pela política macroeconômica tem sido a tônica nos anos recentes em grande parte dos países capitalistas. Via de regra, está embutido no raciocínio da autoridade econômica nestes casos um diagnóstico de toda e qualquer inflação como sendo de demanda. Se se sofisticaram os tratamentos implementados - no passado se pensava (Friedman, por exemplo) em controlar a expansão da base monetária e dos gastos do governo financiados ou não com emissão primária -, hoje a idéia é controlar os gastos públicos e privados tornando o crédito bancário e a dívida pública caros e proibitivos.

E) Os pós keynesianos não apenas são favoráveis a idéia de um Banco Central autônomo e independente como acreditam que a política de combate a inflação deveria caber a muitas mais instituições dentro do aparelho de Estado.

26. Dentre as várias polêmicas surgidas após os anos críticos das finanças públicas que abalou governos de distintos países mundo afora, uma delas focava os problemas internos de gestão pública como sendo esta marcadamente ineficiente e ineficaz. Uma das proposições desses críticos das políticas e serviços públicos foi a formulação de uma concepção mais cobradora de eficiência que veio a ser conhecida como "Estado Gerencial". As proposições abaixo giram em torno dessa polêmica.

I - A crise do Estado do Bem-estar não é só uma crise fiscal ou financeira, mas descreve o dismantelamento de compromissos políticos entre as distintas classes e frações de classe que foram firmados nas condições do pós segunda guerra e da guerra fria; condições não mais válidas num mundo pós fordista (o que significa sindicatos mais esvaziados e menos atuantes) e de falência do socialismo soviético (que aparecia como alternativa política ao capitalismo).

II - No Brasil, a construção de um Estado assistencialista (o "Estado providência" varguista) já foi uma antecipação das teses dos defensores do Estado gerencial, uma vez que apostava na forte profissionalização da burocracia estatal.

III - Em oposição ao gerencialismo, surgiram novas teorias de gestão pública, que defendem princípios contrários àquela, como por exemplo: uso extensivo de contratos e acordos de desempenho seguidos de sanções e recompensas econômicas quando do seu cumprimento ou descumprimento.

Ao analisá-las, você diria que:

- A) está correta a afirmativa I.
- B) está correta a afirmativa II.
- C) estão corretas as afirmativas I e II.
- D) estão corretas as afirmativas I e III.
- E) estão corretas as afirmativas I, II e III.

27. As bases da Macroeconomia foram dadas em 1936 pela famosa obra *General Theory of Employment, Interest and Money*, uma vez que antes desse livro magistral, o aspecto macro - ou agregado - da economia era visto como resultado de uma soma simples dos comportamentos dos agentes econômicos em nível micro. Entre as várias e polêmicas idéias da "Teoria Geral" estão as alternativas abaixo, com EXCEÇÃO de:

A) Na "Teoria Geral" a incerteza acerca do futuro é a condição que está no horizonte de todo e qualquer agente, e estes agem frente a esta construindo expectativas acerca das condições gerais dos negócios e do comportamento dos demais agentes de modo bastante irracional. Apenas certa tranquilidade na crença de que as coisas tendem a permanecer como estão é que significa um estado de confiança favorável a uma ação concertada. Quanto mais frágil a credibilidade no estado das convenções, menor o grau de confiança nas expectativas construídas a partir desse, e mais errático o comportamento de cada um, indo da desarticulação ao "efeito manada".

B) A taxa de juros não é na "Teoria Geral" o preço do dinheiro no mercado de crédito como nas teorias que Keynes chamava de clássicas. A taxa de juros é como se fosse a eficiência marginal do dinheiro (EMg), como se ele, como qualquer outro ativo de riqueza, gerasse uma renda futura (passível de ser medida em termos de si mesma). Isso implica que a taxa de juros é o que se paga para que os detentores dessa forma líquida da riqueza - o dinheiro - abram mão da sua posse. Sendo assim, o dinheiro não é só um facilitador das trocas em geral e do investimento em particular (via crédito), mas, como bem desejado por si mesmo, ele compete com o investimento.

C) Keynes na "Teoria Geral" não nos oferece uma explicação alternativa à teoria neoclássica (que ele chamava de clássica) dos preços e em geral e dos salários, em particular. Isso significa que ele aceitava o postulado de que os salários são determinados pela Produtividade Marginal do fator trabalho. Entretanto, isso não o impede de contestar a teoria neoclássica de que o desemprego é voluntário e ocorre se os trabalhadores não aceitarem reduções em seus salários reais. De fato, o que ocorre é que não são os trabalhadores que determinam o emprego na economia, mas os capitalistas mesmos, e as variações dos salários podem ter efeitos variados sobre estas.

D) A crise é na "Teoria Geral" o resultado de um colapso na Eficiência Marginal do Capital que faz despencar os investimentos. Esta depende da abundância de bens de capital, do seu custo corrente de produção e das expectativas também correntes relativas ao futuro dos rendimentos proporcionados pelos mesmos. A abundância de bens de capital em si significa uma queda na Eficiência Marginal do Capital e um determinante da queda dos investimentos. Também juros elevados, que valorizam as formas financeiras da riqueza, podem reprimir os investimentos. Mas é acima de tudo uma mudança do ânimo dos capitalistas que leva à crise.

E) No "modelo" keynesiano tem um lugar de destaque o chamado "princípio da demanda efetiva", segundo o qual a dinâmica econômica é posta em movimento pelo gasto agregado, e entre eles o mais importante é o gasto dos próprios empresários capitalistas na

ampliação da capacidade produtiva da economia. Ocorre que as decisões desta natureza implicam em uma aposta contra um futuro incerto que deixa o capital imobilizado grande parte desse futuro, não podendo, pois, "mudar de forma". Keynes é um entusiasta do mercado de ações e dos mercados financeiros em geral, uma vez que sua existência só facilita essas tomadas de decisão, tornando as opções de investimento imobilizáveis em móveis, e o investimento "que é fixo para a sociedade em líquido para o indivíduo".

28. A contabilidade nacional é uma evolução de certo modo recente da macroeconomia. De fato, foi a necessidade de entender o como e o porquê das flutuações da riqueza nacional - para poder prevê-las, promovê-las (para cima e de modo estável) e evitá-las (para baixo e de modo inesperado) - que fez com que os sistemas das contas nacionais fossem aprimorados na grande maioria dos países. As afirmações abaixo dizem respeito ao modo de apreensão e representação dos agregados macroeconômicos nas contas nacionais brasileiras. Qual delas não corresponde à realidade?

A) O investimento costuma ser dividido em "variação de estoques"- bens cuja absorção futura se dará de uma única vez - e "formação bruta de capital fixo"- bens cuja utilização se dá num tempo mais prolongada, possibilitando a produção de todo um fluxo de novos bens.

B) Para obter o "produto líquido" de uma economia em dado ano, é preciso deduzir do valor total produzido aquela parcela destinada à mera reposição da parte desgastada durante a produção passada dos estoques de capital, a que se chama depreciação.

C) Para registrar as operações dos governos, via impostos e subsídios, criou-se o conceito de "produto a preços de mercado" e "produto a custo de fatores", onde o segundo é o primeiro mais impostos menos subsídios.

D) Para se obter o "produto interno" de uma economia, é preciso deduzir de seu "produto nacional" a renda líquida enviada ao exterior ou mesmo, em alguns casos, somar a seu produto nacional a renda líquida recebida do exterior.

E) A oferta global da economia num dado período é a soma do produto interno bruto a preços de mercado com as importações de bens e serviços não-fatores. A demanda global é a soma do produto interno bruto a preços de mercado com as exportações dos bens e serviços não-fatores.

29. Michal Kalecki foi um contemporâneo de John Keynes, cujas teorias são absolutamente congruentes com as do grande economista inglês com talvez uma diferença radical. Se ambos os autores se preocupavam com a instabilidade crônica do investimento sob o capitalismo apenas Kalecki dá uma ênfase especial ao papel da distribuição da renda para estabilizar o sistema e às formas com que os preços são formados e não tomados pelas empresas industriais e que tem consequências sobre àquela. Segundo a teoria kaleckiana de formação de preços e distribuição da renda, só NÃO é verdade que:

A) A distribuição de renda é um fenômeno essencialmente microeconômico, uma vez que é no processo de formação de preços ao nível micro que ela se evidencia em primeiro lugar. A começar pelo fato de que empresas industriais não são agentes econômicos pouco diferenciados dos demais produtores. Para empresas industriais, não vale, por exemplo, a lei da produtividade marginal decrescente dos fatores. Isso porque as empresas não operam os utilizando em seu grau máximo. Quanto maiores as empresas mais podem dispor de capacidade instalada estratégica adicional.

B) Se as matérias primas têm uma condição de oferta inelástica - precisam de um tempo para aumentar sua oferta bastante superior ao tempo que é necessário na indústria - e seus bens são homogêneos ou pouco diferenciados, é verdade que um aumento na demanda elevará os preços e que, portanto a formação dos preços acontece nessa interação entre oferta e demanda. Mas a indústria pode aumentar a sua produção para satisfazer um aumento de demanda, pelo menos numa amplitude relevante da curva de custos, sem maiores despesas, o que significa que pode definir ela própria, conforme dadas estratégias concorrenciais, o nível de seus preços.

C) Na macroeconomia kaleckiana, o consumo e o investimento dos capitalistas são determinados pelo consumo dos trabalhadores. Se os trabalhadores não gastarem, os capitalistas não vendem, e não têm porque gastar (ou investir em nova produção).

D) A participação no preço dos produtos industriais da parcela referente às matérias-primas e aos salários e da referente ao *mark up*, mostra como a distribuição de renda se dá ao nível mesmo da produção. Quanto maior a participação das matérias primas e quanto maior o poder de monopólio, tanto menor a participação dos salários no produto.

E) Macroeconomicamente falando, quanto menor a participação dos salários na renda nacional, menos garantida será a demanda efetiva, e mais instável o sistema, uma vez que, diferentemente dos trabalhadores, "os capitalistas não gastam o que ganham, mas ganham o que gastam".

30. A moeda é uma instituição social, é uma invenção da sociedade para a resolução de seus contratos: com diferentes agentes, em diferentes espaços e em diferentes momentos. Se tudo anda bem com a moeda nacional, o que significa que ela é confiável e desejável (mas não preferível às demais formas de riqueza) é uma boa medida não apenas do andamento do bem estar material, mas da estabilidade política e institucional das economias capitalistas. Marque a afirmação falsa acerca da moeda:

A) A função "meio de troca" da moeda desenvolveu-se com o comércio, principalmente de longa distância, e supõe que a moeda troque de lugar com as coisas por algum tempo, e ainda de mãos um sem número de vezes.

B) As moedas que cumprem bem seu papel social nas sociedades mercantis - aquelas onde coisas são mercadorias, ou seja, são produzidas já visando serem trocadas -, na verdade cumprem diferentes funções. Uma das mais importantes, mas a última a ser desenvolvida historicamente, é a de funcionar como "unidade de conta": onde os valores das coisas umas em relação às outras são expressos todos em relação a uma única delas, que pode ser uma coisa mesmo - o sal, por exemplo - ou o dinheiro de papel criado exclusivamente para isso: expressar o valor das coisas.

C) A função "reserva de valor" supõe que o dinheiro seja um substituto para os bens mais diversos não apenas por um tempo curto - enquanto as coisas que produzimos "se transformam" nas coisas que precisamos -, mas num tempo longo, onde inúmeras decisões e planejamentos têm lugar, inclusive o de não despendar a moeda, dados os motivos de precaução e mesmo especulação.

D) O motivo especulativo de retenção de moeda é um procedimento altamente instabilizador nas economias monetárias. Se a moeda é desejada por si mesma, e não pela sua capacidade de ser trocada pelo que quer que seja, isso implica a própria possibilidade das crises.

E) Uma vez tendo lugar um processo inflacionário prolongado a tendência é que a moeda nacional vá perdendo, primeiro sua função de reserva, depois de unidade de conta e depois de meio de troca.

31. Acerca da compreensão keynesiana do que é a moeda numa economia propriamente "monetária da produção", qual das afirmativas abaixo é falsa?

A) Para Keynes, as propriedades da moeda que justificam que os indivíduos a preferiam em determinadas circunstâncias, são justamente aquelas que dizem respeito a não ser a moeda um bem cuja demanda pode ser satisfeita com mais trabalho.

B) Keynes entendia a economia capitalista como uma "economia monetária da produção" onde a moeda "joga um papel próprio e afeta motivações e decisões, sendo um dos fatores operativos do sistema" (KEYNES, CWJMK, 13, p. 409), com o que ele queria dizer que: i) a moeda não é neutra; ii) pode ser preferível aos agentes retê-la dadas as suas qualidades de ativo de máxima liquidez; iii) a sua retenção subtrai, no curto prazo, parte da demanda; iv) a sua retenção, no longo prazo, significa o não investimento em ativos fixos - capacidade produtiva propriamente dita; v) a preferência privada pela segurança da moeda *vis a vis* a insegurança de outras formas de riqueza leva à instabilidade e às crises.

C) Keynes entendia que a moeda é uma representação da riqueza geral em contraste com formas específicas de riqueza representadas por bens específicos. Num mundo marcado pela incerteza quanto ao futuro, a posse de moeda confere uma segurança da qual os agentes só abrem mão se lhes for pago um prêmio ou uma compensação. Keynes acreditava que um meio para diminuir a necessidade desse prêmio, ou melhor, a sua magnitude, seria fazer os indivíduos pagarem um imposto por reter moeda consigo.

D) Keynes não defendia que os problemas em relação à moeda e a redução da demanda efetiva fossem causados por desequilíbrios nos preços relativos, mas na alocação dos bens produzidos. Ou seja, não haveria que o Estado interditar o mercado como *locus* da alocação. Isso porque o problema não estava relacionado aos preços relativos, "mas aos preços relativos dos ativos" (LIMA; SICSÚ; PAULA, 1999), era aí, no que ele chamava de "rentismo", que se encontravam as "falhas do mercado".

E) A moeda é, para Keynes, a base para a criação de um sistema de contratos que permitem o desenrolar no tempo de nossas decisões, que são assim, irrevogáveis. Ou seja, a moeda é um "elo entre o presente e o futuro". Para que ela permaneça essa base do cálculo futuro é necessário que ela se mantenha: líquida, isto é, plenamente conversível, e estável. Mas há aí um problema, pois, para garantir a sua liquidez, a moeda teria de ter altas elasticidades de produção e de substituição.

32. As economias nacionais ao comprarem e venderem bens e serviços de outras nações, ao receberem aplicações financeiras e investimentos diretos vindos de fora do país, e também ao fazerem empréstimos e constituírem reservas, o fazem via troca de moedas. A administração do câmbio pode envolver também políticas monetárias outras (juros, regulações sobre fluxos de capitais,) conforme o efeito que se queira dar à economia doméstica. Sobre a administração do câmbio, e de acordo com os manuais de

macroeconomia dominantes, qual das afirmativas abaixo é falsa?

A) A liberação de fluxos de capitais interfere na manutenção do câmbio e na eficácia das políticas monetária e fiscal sobre a produção através dos efeitos das taxas de juros domésticas sobre esses fluxos. Manter um diferencial mínimo entre as taxas de juros nacional e do resto do mundo é essencial para a entrada de capitais passíveis de financiar o déficit da conta corrente.

B) Sob taxas de câmbio fixas, o Banco Central mantém constante o preço das moedas estrangeiras nos termos da moeda doméstica e faz isso comprando e vendendo moeda estrangeira à taxa de câmbio fixa. Para isso, tem que manter reservas de moeda estrangeira.

C) Sob taxas de câmbio flexíveis ou flutuantes, a taxa de câmbio pode variar de um momento para outro conforme a maior demanda e oferta. Diz-se que a flutuação é livre limpa se o câmbio varia livremente sem que haja intervenção do Banco Central comprando e vendendo moeda estrangeira. Diz-se que ela é controlada ou suja se ocorre essa intervenção.

D) Sob taxas de câmbio fixas e perfeita mobilidade de capital, a política monetária não pode ser independente porque os efeitos sobre a entrada e saída de capitais podem ser intensos. Isso significa que, qualquer tentativa para reduzir a taxa de juros doméstica, aumentando o estoque monetário levaria a uma grande saída de capital, tendendo a causar uma depreciação que levará o Banco Central deve compensar comparando moeda estrangeira.

E) Sob taxas de câmbio flexíveis, a política monetária é altamente eficiente, e o oposto ocorre com a política fiscal. Uma expansão monetária causa uma depreciação do câmbio que leva a um aumento das exportações e da produção. A expansão fiscal tende a causar uma apreciação do câmbio, prejudicando as exportações e, por tabela, a produção.

33. As afirmativas abaixo dizem respeito ao processo de globalização financeira.

I - Entende-se por "globalização financeira" o processo que tem lugar desde o final dos anos 70 e que promove a livre mobilidade de capitais, seja por meio da instalação de bancos nacionais nas mais diversas praças mundiais, seja por meio de criação de um mercado *off shore* operado por instituições financeiras não bancárias. Essa liberalização foi acordada entre os países signatários dos acordos de Breton Woods.

II- Se, de um lado, a liberação de recursos não governamentais, nem mesmo bancários, trouxe um imenso volume de capitais para serem aplicados nos países ditos em desenvolvimento, por outro, os

movimentos erráticos desses capitais e o temor de sua retirada, fizeram com que as políticas macroeconômicas nacionais perdessem autonomia, além de aumentarem as possibilidades de contágio (ou transmissão) de crises cambiais e financeiras entre os países.

III - Do ponto de vista institucional, uma das mudanças do período de "globalização financeira" diz respeito à atuação do FMI. Se este antes tinha a função de gerenciar o sistema de pagamentos internacional atuando principalmente nos países desenvolvidos com déficits no balanço de pagamentos (a quem poderia emprestar mediante exigências de políticas recessivas que corrigissem o desequilíbrio externo via redução de importações), após o colapso de Bretton Woods, a clientela do Fundo passou a se concentrar no mundo subdesenvolvido, cujos problemas eram distintos uma vez que de natureza mais estrutural do que nos países desenvolvidos. Desde essa época, as condicionalidades associadas à tomada de recursos do Fundo passaram a incluir além das metas quantitativas as chamadas reformas estruturais liberalizante.

Acerca delas é possível dizer que:

A) está correta a afirmativa I.

B) está correta a afirmativa II.

C) estão corretas as afirmativas I e II.

D) estão corretas as afirmativas II e III.

E) estão corretas as afirmativas I, II e III.

34. Desde a implantação do regime de metas de inflação no Brasil ao final da década de 90, o mesmo vem sendo objeto de críticas de acadêmicos e de empresários. Sobre a lógica desse regime e o alcance das críticas a ele endereçadas há ainda muita polêmica. Entre as afirmativas formuladas abaixo há apenas uma que é correta, qual é ela?

A) O regime de metas de inflação é por natureza incompatível com taxas de crescimento mais elevado, como de resto o demonstra a experiência mundial. Dentre os países que o adotaram desde o início dos anos 90, por exemplo, Nova Zelândia, Canadá e Reino Unido, todos tiveram crescimento pífio, mesmo para as taxas mais baixas comuns nos países desenvolvidos, com destaque para o Reino Unido que apresenta as mais baixas taxas de crescimento de toda a Europa.

B) Segundos alguns economistas brasileiros não é verdade que o regime de metas seja, em si, incompatível com o crescimento, havendo mesmo certo consenso entre "keynesianos e clássicos" em sua formulação teórica (OREIRO; LEMOS; PADILHA, 2005). Segundo ainda estes economistas, o problema é que no Brasil, a política de metas é perseguida de

forma "frouxa", uma vez que, entre outras coisas, as metas de inflação refletem excessivamente as "preferências sociais" no que se refere ao "grau de aversão à inflação" e o grau de aversão social ao *trade-off* entre inflação e desemprego.

C) As principais características a serem observadas no regime de metas de inflação são aquelas que o diferenciam dos demais arcabouços de política monetária, a saber: a definição das metas anunciadas, a velocidade de convergência para as mesmas e a estrutura para lidar com choques exógenos e desvios das metas. De tal modo que o mais importante é que a meta proporcione uma "âncora nominal" à economia - isto é, desde que haja credibilidade na meta estabelecida, ela servirá de base para a formação das expectativas inflacionárias.

D) O caso brasileiro vem demonstrando que a busca de uma meta muito reduzida num tempo muito curto (comparando-se, por exemplo, com o Chile) vem exigindo excessivo sacrifício do crescimento. Além do que o recuo da inflação brasileira a um nível inferior a 6% ao ano parece esbarrar em uma inércia renitente devido à inexistência de mecanismos de indexação das tarifas públicas e à inexistência de variações do câmbio que pudessem diminuir os efeitos da mudanças dos preços internacionais sobre a inflação.

E) Um importante problema na aplicação do regime de metas inflacionárias, que diz respeito a questão da velocidade de convergência para a meta, é o chamado efeito *path dependence* (transmissão das variações no câmbio nominal sobre a inflação). Ao ser significativo sobre preços administrados ou contratuais tornando a inércia inflacionária importante quando há desvalorização cambial, ele deve ser expurgado do cálculo da meta. Qualquer tolerância mediante absorção do impacto primário da elevação dos preços pode tornar inercial o aumento inicial.

35. São consideradas consensualmente políticas públicas de emprego todas aquelas que, operadas, exclusivamente ou não, por órgãos públicos governamentais, promovem diretamente ou afetam indiretamente a quantidade e a qualidade do emprego da mão-de-obra, tais como as que envolvem: Sistema Público de Emprego; Contrato Coletivo de Trabalho; Treinamento e Requalificação de mão-de-obra; Apoio à Micro e Pequena Empresa; e Programa de Geração de Emprego e Renda. Entre as afirmativas abaixo encontram-se a explicitação de várias dessas ações, avalie a sua exatidão e responda:

I - No Brasil, desde os anos 80 está em operação, todo um sistema educacional para além do sistema público de educação formal, funcionando como importante

aporte de capacitação da força de trabalho, que são o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC). A intenção do gestor público era que no novo padrão de produção, a educação básica e formal deve estar intimamente articulada com o treinamento e a recapacitação técnica da força de trabalho, o que vem exigindo uma adaptação constante dos currículos às novas exigências profissionais não apenas para o setor industrial, mas também para o setor terciário mesmo rural, daí a criação também do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

II - O Sistema Público de Emprego (SPE) é fruto de uma reformulação e ampliação do Programa do Seguro-Desemprego. Usando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) visa à contenção e à redução do desemprego via reciclagem profissional, intermediação trabalhador/novas oportunidades mais o acesso e a proteção social no momento da demissão. É composto pela União — Programa do Seguro-Desemprego, SINE (Sistema Nacional de Emprego), Programa de Geração de Emprego e Renda —, pelos governos estaduais e municipais e pelos sistemas SENAI /SENAC/ SENAR. Além de exigir a participação na operacionalização dos órgãos de governos subnacionais, também articula ações com sindicatos e com empresas. Por fim, realiza um importante registro de informações sobre os programas existentes e seu monitoramento, o que viria a permitir o redirecionamento e aprimoramento da coordenação da política de emprego e dos programas ao longo do tempo

III - Desde o governo Vargas nos anos 50 o Brasil conta com uma importante política de apoio às pequenas e microempresas. Esta não se baseia apenas ao estímulo de criação de novos estabelecimentos, o que pode ter um efeito perverso de longo prazo ao incentivar atividades menos produtivas e ineficientes, e ao reproduzir desigualdades estruturais da distribuição da renda pessoal do trabalho. Desse modo a política visando ir além concentra esforços na melhoria da qualidade do trabalhador/empreendedor, aprimorando seus atributos e abrindo possibilidades de aumento de produtividade do trabalho e de rendimentos.

- A) está correta a afirmativa I.
- B) está correta a afirmativa II.
- C) estão corretas as afirmativas I e II.
- D) estão corretas as afirmativas II e III.
- E) estão corretas as afirmativas I, II e III.

36. Sobre o significado, aplicabilidade e as polêmicas envolvendo as políticas fiscal e monetária dos governos, a fim de dirimir os problemas da inflação, do desemprego e do crescimento da renda nacional, qual a afirmativa está corretamente formulada?

A) O governo realiza sua política monetária através fundamentalmente da atuação do Banco Central que, além de cumprir as funções de regulador e fiscalizador do sistema bancário e financeiro, também é o responsável pela emissão e regulação da moeda em circulação. O único instrumento que o Banco Central (BC) pode se utilizar para fazer essa regulação do dinheiro na economia é a taxa de juros. A taxa que remunera os títulos públicos, a chamada SELIC, é elevada quando se quer conter a expansão monetária e reduzida quando se quer estimulá-la.

B) A idéia de um BC independente para a melhor condução da política monetária é consenso entre os economistas, uma vez que é consenso que a inflação se forma através de expectativas e que, portanto, quanto mais confiáveis as instituições em geral, e o BC que cuida da moeda em particular, mais os agentes têm suas incertezas reduzidas.

C) Infelizmente, as políticas fiscais não podem utilizadas para o arrefecimento da demanda como o são para o aquecimento da mesma. Assim, após um período de crescimento contínuo e prolongado em que o pleno emprego dos fatores de produção, o trabalho inclusive, é uma possibilidade real, só uma política monetária pode ser capaz de redirecionar o excesso de demanda, que vem com a prosperidade, para um período posterior.

D) A idéia de que há que se ter equilíbrio nas contas públicas não é contrária ao pensamento keynesiano original, uma vez que segundo Keynes, o "orçamento ordinário" do governo deveria estar sempre equilibrado (KEYNES, CWJMK, 27, p.225), sendo o "orçamento discricionário" o responsável pelo esforço extra de impulsão da demanda.

E) O que inviabiliza o uso da política monetária nas crises é a "armadilha da liquidez" que ocorre quando as pessoas desconfiam da capacidade da moeda de manter seu poder de compra e querem "se livrar dela", o que significa gastar imediatamente antes que ela perca valor. Esse acréscimo de demanda pode levar a inflação a patamares ainda mais elevados agravando a crise.

37. Entre as formas de se organizar um Estado está o chamado "federalismo". Desde a Constituição de 1988, teve lugar um processo de descentralização, seja em termos de aumento da participação dos Estados e Municípios nas receitas, seja na maior autonomia tributária e fiscal desses níveis de governo. A esse respeito seria ainda correto afirmar que:

A) A despeito das receitas oriundas de recursos próprios estados e municípios ainda contam com as chamadas "transferências intergovernamentais" que, ao serem estabelecidas na Constituição, conferem segurança de receita para estes entes sem que se precise estabelecer as relações de dependência e favor políticos que caracterizavam o Brasil da Velha República ao regime militar.

B) As transferências de recursos entre os entes da federação devem ser obrigatoriamente da União para os estados, e destes para os municípios.

C) Entre os impostos que devem ser cobrados ao nível municipal estão: o Imposto Sobre Serviços (ISS), o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

D) A legislação fiscal possibilita ainda o direito de estabelecer operações de crédito entre os diferentes entes da federação.

E) A despeito de serem bases tributárias importantes os municípios brasileiros só vieram a ter estruturas de cobrança e gestão dos tributos muito recentemente, daí que, ainda hoje, cabe aos estados e à União a administração destes recursos, sendo o fruto da arrecadação repassados aos municípios.

38. Durante o longo e difícil período onde se conviveu no Brasil com elevadas taxas de inflação que acabaram por desorganizar a economia e mesmo levar o país a quase hiperinflação, produziu-se teorias criativas e experimentos concretos de políticas que, ao fim e ao cabo, foram extremamente úteis para o sucesso posterior no debelamento da inflação e restabelecimento da confiança na moeda nacional. Alguns dos temas em debate estão descritos abaixo, referentes aos planos heterodoxos e seus condicionamentos em geral ou há algum deles especificamente. Entre as afirmativas, uma NÃO é correta. Qual é?

A) Durante o Plano Cruzado, ao contrário do que ocorreu com os demais preços na economia, os salários não foram congelados, sendo estabelecida a livre negociação e uma cláusula protetora chamada "gatilho", que assegurava a correção dos salários quando a inflação acumulada chegasse a 20%. Além disso, foi dado um abono de 8% para o salário mínimo.

B) Dados os diagnósticos do processo inflacionário brasileiro como sendo o de uma inflação de caráter inercial, cujos condicionantes estavam relacionados à instalação de um "conflito distributivo" que justificava a luta por uma indexação generalizada na economia, propunha-se que um plano consequente de combate à inflação não promovesse uma redistribuição de renda que fosse motivo adiante de novos conflitos distributivos, ou seja, o plano deveria ser neutro do ponto de vista distributivo.

C) Entre os fatores que explicam a derrocada do Plano Cruzado estão, de um lado, as pressões da demanda provocadas inclusive em grande pelo próprio sucesso inicial do Plano - é o caso, por exemplo, da remonetização da economia ou do acesso a uma série de bens cujo

consumo era proibitivo antes do congelamento -, e, de outro, a escassez, e em alguns casos a especulação, que tirava do mercado uma série de produtos provocando filas, mercados paralelos e enfim descrédito no Plano ao romper com o congelamento.

D) Entre os difíceis ajustes finos que devem estar contemplados num plano de choque antiinflacionário, está a política de juros. Taxas de juros reais elevadas no início do processo de remonetização são fundamentais para desestimular a especulação com estoques de bens ou moeda estrangeira (ao aumentar o custo de oportunidade dessa opção), mas altas demais podem desestimular o aumento do investimento e da oferta de bens. Baixas demais, contudo, podem aumentar a pressão de demanda sobre os preços e tornar impossível a vigência do congelamento.

E) O Plano Bresser, tentando corrigir alguns dos equívocos que o governo entendeu serem os responsáveis pelo fracasso do Cruzado, alterou radicalmente a política de desvalorização cambial. Acabaram-se as minidesvalorizações diárias, efetuou-se de uma só vez uma desvalorização da ordem de 9,5% sendo depois disso o câmbio congelado. A justificativa do governo era facilitar as importações e impedir as filas e os mercados paralelos (como acontecera no Cruzado), bem como coibir os aumentos de preços da indústria nacional com maior poder de mercado.

39. Em seu "Exuberantes anos 90..." diz o prêmio Nobel de Economia de 2001 e ex conselheiro do presidente Bill Clinton, Joseph Stiglitz: "A questão não é se a globalização pode ser uma força para o bem que beneficie os pobres do mundo; é claro que pode. Mas ela precisa ser gerida de maneira correta, e com mais frequência não tem sido". Sobre o fenômeno da globalização estão formuladas as afirmativas abaixo. Qual delas está correta?

A) Outro facilitador da globalização financeira e da desregulamentação desse tipo de operação foi a consolidação dos blocos econômicos. Desde a unificação européia em meados dos 90 e com as negociações comerciais aproximando as nações asiáticas e americanas entre si, mas com interesses divergentes umas com as outras, teve lugar um aumento dos entraves legais e institucionais impedindo entre os blocos mesmo que houvesse maior liberalidade intrablocos.

B) No que diz respeito aos determinantes institucionais da globalização econômica em geral (produtiva e financeira) um dos principais diz respeito aos desenvolvimentos tecnológicos associados à revolução da informática e das telecomunicações, cujo resultado foi uma extraordinária redução dos custos operacionais e dos custos de transação em escala global.

C) Desde a falência do marco regulatório de Breton Woods no final dos anos 70, vem tendo lugar uma extraordinária expansão dos fluxos de capitais em todos os mercados que compõem o sistema financeiro internacional (títulos, ações, empréstimos, financiamentos, moedas e derivativos); além de um aumento dos fluxos de investimento externo direto e das relações contratuais, assim como da atuação das empresas transnacionais. Além disso, as grandes empresas transnacionais passaram a atuar elas próprias no sistema financeiro internacional criando suas próprias financeiras. Por fim, um novo ator, os chamados investidores institucionais, passaram a aplicar recursos em todo o mundo e, em especial, nos países ditos emergentes, cujo risco maior significava maior taxa de retorno.

D) Não se pode dizer, como o faz um determinado discurso simplista, que o fator ideológico cumpriu um papel preponderante na liberalização econômica dos 80 em diante. Isso porque, no que diz respeito à esfera financeira, a liberalização do movimento internacional de capitais já vinha desde o início dos 70 em alguns países desenvolvidos. Ou seja, desde a ruptura dos acordos de Bretton Woods e a grande instabilidade de taxas de juros e câmbio que lhe sucederam, é que teve lugar uma pressão por maior liberdade de aplicação nos mais diversos mercados, em parte justificadas pelas menores oportunidades de negócios na esfera produtiva, em parte por aquelas flutuações mesmas.

E) Além da instabilidade pós ruptura do sistema de Bretton Woods, as políticas monetária e cambial dos países subdesenvolvidos a partir de então, provocaram um processo de inovação e adaptação institucional no sistema financeiro internacional. Nesse sentido, pode-se mencionar o desenvolvimento de novos instrumentos financeiros de proteção frente a riscos e incertezas. O exemplo de maior destaque é o desenvolvimento do mercado de derivativos de moedas e taxas de juros.

40. A empresa monopolista, na teoria econômica clássica, para maximizar seu lucro, produz uma quantidade tal que:

A) maximiza a receita total.

B) iguala a receita marginal e o custo marginal de produção.

C) maximiza o preço que cobra.

D) maximiza a diferença entre o preço e o custo médio de produção.

E) minimiza o custo médio.